

# **Reflexões sobre como em práticas políticas algumas construções de etnicidade se articulam com discursos transnacionais sobre gênero, construindo alternativas de mobilidade social<sup>1</sup>**

María Rossi Idárraga

PPGAS / MN / Universidade Federal de Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

**Palavras chave:** Governo, etnicidade, gênero

## **Introdução**

Partindo de dois encontros de mulheres indígenas realizados em 2013 e 2014 no Vaupés colombiano, pretendo refletir sobre como os discursos de gênero e etnicidade pautados em relações de administração e governo (nacional e internacional), se articulam com as relações de gênero nas esferas da política indígena regional; redundando em construções de etnicidade feminina que vão ser objeto de disputa política e ferramenta de negociação. Esboço uma reflexão sobre o que esses espaços de participação política representam e oferecem para as mulheres que neles participam; e sugiro que dentro deles são atualizadas identidades coletivas e individuais, marcadas como indígenas, mas nem sempre evidentemente coerentes. Localizando essa construção da etnicidade num espaço público – político masculinizado, considero possível explicar as tensões que vivem as mulheres ao tentar fazer compatíveis suas histórias pessoais, com as construções de subjetividades coletivas que dão lugares concretos para as mulheres, marcados por outros contornos de gênero e de etnicidade. Finalmente, argumento que essas formas de representação e participação política oferecem oportunidades de formação, circulação e trabalho que permitem mobilidade social, em formas que não estão disponíveis em outros espaços.

## **Localização e contexto**

O departamento do Vaupés está localizado na Amazônia colombiana, na fronteira com Brasil. Tem uma extensão de 54.135 km<sup>2</sup>, e 39.279 habitantes (DANE, 2005,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

consultado em abril 22 de 2015), e é considerado o departamento com maior porcentagem de população indígena no país, 70.44% (DANE, 2007, p. 35–36; Gobernación del Vaupés, sd. p, 24) e o de maior diversidade cultural e linguística, com 23 grupos étnicos e ao redor de 29 línguas indígenas, pertencentes principalmente às famílias linguísticas Tukano, Arawak e Makú (Salazar; Gutiérrez; Franco, 2006, p. 57).

Política e administrativamente, o departamento está dividido em três municípios: Mitú, Carurú e Taraira (Salazar; Gutiérrez; Franco, 2006, p. 52); e essas divisões administrativas se superpõem com os resguardos indígenas, os parques naturais e a zona de reserva florestal da Amazônia. Mitú é a capital do Vaupés, na Amazônia colombiana; reúne a maioria da população do departamento, é o centro político, econômico, comercial, e dos serviços estatais de saúde e educação; concentra a maioria do orçamento nacional para o departamento, e é o município de maior extensão (Salazar, Gutiérrez e Franco, 2006, p. 73). A cidade está rodeada pelo Resguardo Vaupés, mas é excluída legalmente desse regime territorial, funcionando como outras cidades da Colômbia.

Mais de 75% do território departamental faz parte de áreas protegidas, de dois tipos: Resguardos Indígenas e Parques Nacionais Naturais. O departamento conta com três resguardos indígenas: o Resguardo Parte Oriental do Vaupés<sup>2</sup> (conhecido como grande resguardo Vaupés), o Bacatí Arara, e o Resguardo – Parque Natural Yaigojé – Apaporis<sup>3</sup>. Está dividido internamente em organizações indígenas equivalentes em termos de representatividade legal, mas com diferentes níveis de abrangência, autonomia e expertise. Cada organização agrupa comunidades<sup>4</sup> de uma ou várias etnias,

---

<sup>2</sup> Criado em 1982, tem uma área de 3.354.097 hectares, e faz parte da jurisdição do município de Mitú, mas tem partes dele nas zonas que dependem de Yavareté e de Carurú. Depois da constituição política de 1991, ele adquire as características legais e administrativas que apresenta atualmente. O resguardo Bacatí – Arara foi constituído em 1993 e cobre 264.800 hectares (Salazar, Gutiérrez y Franco, 2006, p. 56).

<sup>3</sup> O parque Nacional Natural e Resguardo Yaigojé – Apaporis é resultado da ampliação do antigo resguardo do mesmo nome e sua transformação em parque por demanda da população indígena, em outubro de 2009, para evitar a expansão da mineração no seu território (Vera, 2009). Faz parte do município de Taraira, e cobre uma extensão de 1.056.023 hectares, das quais a metade (53,5%) esta no departamento do Vaupés, e a outra metade no departamento de Amazonas (República de Colômbia, 2009. Resolución 2079, 12).

<sup>4</sup> As comunidades são as aldeias legalmente registradas diante a prefeitura ou governação, segundo corresponda. Considerando que é uma categoria administrativa específica, prefiro manter a palavra comunidade e não usar aldeia.

sendo que cada comunidade é, legalmente, o núcleo administrativo mínimo perante o governo colombiano (Salazar; Gutiérrez; Franco, 2006, p. 58).

O Grande Resguardo Vaupés reúne população de todos os povos indígenas do departamento (Salazar, Gutiérrez e Franco, 2006, p. 56, 57); e segundo comunicação pessoal de funcionários da governação, em 2013 teria 15.377 habitantes. Seu território está superposto parcialmente com o município de Mitú, o de Carurú, e o corregimiento de Yavareté; por tanto é administrado pela governação do departamento e pela prefeitura de Mitú.

De acordo com a constituição colombiana (República da Colômbia, 1991, artigos 286 e 287) os territórios indígenas reconhecidos como resguardos são entidades territoriais indígenas com autonomia para gestão de seus interesses. São de propriedade coletiva, inalienáveis (República da Colômbia, 1991, artigo 329), e tem o direito de se governar por autoridades próprias, administrar o dinheiro que o governo central transfere (como a todas as entidades territoriais do país) através do sistema geral de participações SGP<sup>5</sup>, e estabelecer os tributos necessários para o cumprimento de suas funções. Desde 1993, a partir da sentença T 188 da Corte Constitucional, as populações indígenas passam a serem consideradas legalmente *sujeitos coletivos de direito*, e como tais podem reivindicar direitos fundamentais enquanto coletivo; a sentença estabelece que o direito dos povos indígenas à propriedade coletiva da terra é um direito fundamental (Gómez Vargas, 2002, p. 676-678).

### **Início das organizações indígenas no Vaupés: o Conselho Regional Indígena do Vaupés, CRIVA**

O dia três de dezembro de 1973 se realizou em Mitú a maior reunião de autoridades indígenas que tinha acontecido na cidade e no Vaupés. Foi convocada principalmente por professores, impulsados por membros da prefeitura apostólica de Mitú. A reunião aconteceu dentro da escola María Reina (que posteriormente será a Escola Normal) e,

---

<sup>5</sup> Segundo a lei 60 de 1993, o valor assignado pelo governo nacional aos resguardos é proporcional à população declarada dentro de seus territórios, e é transferido anualmente. Os recursos são atribuídos a cada comunidade, e para o caso das comunidades administradas sob a forma de organizações zonais no Vaupés, o gasto dos recursos se faz através da prefeitura de Mitú ou do governo do departamento (DANE, 2007, p. 15).

segundo relatos de vários participantes, teve presença de umas mil duzentas ou mil quinhentas pessoas, maiormente capitães das comunidades, mas também famílias completas. Constitui o marco de referência para a mobilização indígena na região, pela quantidade de pessoas, pela motivação e a confiança que tinham em que ia dar certo, e pelo interesse dos participantes em se organizar, e atuar em função de uma coletividade, ainda que fosse geral. Nessa reunião se formou o Conselho Regional Indígena do Vaupés – CRIVA – e foi registrada como seu primer congresso. Nos documentos aos que tive acesso aparecem sete delegações do departamento, com 81 representantes, dos quais cinco são mulheres (Santacruz, 1985, p.65-68). Além do apoio da prefeitura apostólica do Vaupés, sua fundação se faz em diálogo com membros do recém fundado Conselho Regional Indígena do Cauca, CRIC (Jackson, 2001, p. 7) no início do movimento indígena nacional. Posteriormente membros do CRIVA e do CRIC participaram na criação da Organização Nacional Indígena de Colômbia, ONIC.

O CRIVA esgrimiou como bandeira a intenção de melhorar as condições de vida dos indígenas do Vaupés; começou com solicitar a saída da região do Instituto Linguístico de Verão e logo tomou distância da igreja católica (Jackson, 2001, p. 8). Em seguida trabalhou pela declaração do Resguardo Vaupés, para garantir a propriedade do território diante a expansão de cultivos de coca para produção de cocaína; e ao consegui-lo, em 1982, o CRIVA passou a ser a autoridade que o representava. Sua posição como organização estava orientada a trabalhar sobre o território, a autonomia e a unidade (Salazar; Gutiérrez; Franco, 2006, p. 59). As lideranças que formam o CRIVA foram, em sua maioria, formadas por padres, em internatos nas aldeias, e na Escola Indígena María Reina.

O CRIVA tem mudado sua condição jurídica e de liderança diversas vezes. A diferença das outras organizações indígenas como as Associações de Autoridades Tradicionais e Capitães Indígenas – AATIS, as organizações zonais ou as comunidades, o CRIVA já não conta com fontes econômicas para se sustentar e depende inteiramente de projetos e de financiamento externo. Atualmente, a existência e as competências do CRIVA estão em revisão diante outra forma de organização regional, que substituiria o atual CRIVA, e recuperaria a representação e administração dos dinheiros do resguardo. Essa proposta está em negociações, e depende de várias mudanças regionais e de regulamentação nacional que esta em processo de consulta.

Na formação inicial do CRIVA se predicava uma comunidade indígena genérica, mas já desde os inícios do movimento as diferenças entre os grupos começaram a ser evidentes. Aquela coletividade abrangente fomentada pela noção de Conselho Regional e o caráter particularmente orientado a criar uma unidade de representação e de decisão, não condizia com as divisões étnicas e as hierarquias que pautam as relações regionais; nem com a autonomia que caracteriza o comportamento individual e coletivo destes povos.

### **Estruturas políticas e administrativas do resguardo Vaupés atualmente:**

Os resguardos do Vaupés estão divididos internamente em organizações zonais indígenas e AATIS; cada organização agrupa comunidades de uma ou várias etnias, representadas por um capitão<sup>6</sup> (Salazar; Gutiérrez; Franco, 2006, p. 58). Os presidentes das organizações zonais e AATIs são autoridades encarregadas da representação e do contato com o governo colombiano e a nível departamental. As AATIS além disso, podem estabelecer convênios para administrar diretamente os recursos que lhes correspondem dentro do orçamento nacional. No caso das zonais a gestão do dinheiro de transferências orçamentais do Estado é feita por cada comunidade separadamente e com a intermediação da autoridade regional (prefeitura de Mitú ou governação do Vaupés). Isto reduz a margem de ação enquanto organização zonal e com isso as possibilidades de inversões de longo ou mediano prazo (já que divide o dinheiro em pequenas porções e em orçamentos anuais, não acumuláveis com anos seguintes); e faz mais trabalhosa a administração, que deve gerir projetos particulares para cada comunidade do resguardo.

No entanto, as comunidades agrupadas numa zonal podem destinar dinheiro para projetos zonais, mas esta situação é um alvo frequente de corrupção e, por isso mesmo, de críticas. Também existem projetos comunitários desenvolvidos com entidades públicas (como a Corporação Autônoma Regional para o desenvolvimento da Amazônia – CDA), ou privadas, que articulam a execução de transferências com outras atividades, ou seja, podem usar esses recursos como contrapartidas orçamentais para ações maiores. Além disso, as organizações zonais, igual que as AATIS, mediante seus conselhos

---

<sup>6</sup> Sobre a história da figura de capitão como instituição de dominação que é reinterpretada como instituição política intercultural, ver Peña (2010, p.122).

diretivos, conseguem financiamentos externos para projetos zonais que devem ser desenvolvidos dentro das comunidades.

Esta situação administrativa reflete a disparidade de competências legais e capacidades administrativas entre as autoridades indígenas. De um lado, os capitães de cada comunidade são autoridades públicas de caráter especial, são eles quem, segundo a lei, devem gastar os recursos do SGP anualmente. Porém, e também segundo a lei, eles não cumprem os requisitos para contratar serviços ou comprar insumos com dinheiros públicos. Assim, devem comprar ou contratar através da prefeitura ou da administração departamental, o que reduz a autonomia na gestão, reduz a quantidade de dinheiro que de fato podem gastar, por corrupção, e dilata temporalmente os gastos. De outro lado, os presidentes zonais também são autoridades indígenas, e a diferença dos capitães, contam com uma estrutura administrativa mínima, mas carecem da competência legal para executar dinheiros do Sistema Geral de Participações (SGP) das comunidades de suas zonas, assim eles também estão impedidos de gastar ou contratar diretamente, inclusive nos casos em que todas as comunidades da zona assim o decidirem. Então, para as atividades da zonal, quando recebem dinheiro de parte das comunidades, também é obrigatório operar através da prefeitura ou administração departamental, com as mesmas dificuldades mencionadas de redução da autonomia e da quantidade de dinheiro, da extensão dos prazos e das dificuldades para planejar atividades pela reduzida e desigual comunicação com os funcionários encarregados dessas gestões. Adicionalmente, o resguardo Vaupés é o único do país que está dividido em organizações zonais, não existindo legislação específica que contemple seu funcionamento de forma clara, o que na prática, aumenta a margem de arbitrariedade.

Em consequência, várias zonais foram transformadas em AATIS, cujas responsabilidades e competências estão mais claramente estabelecidas na lei, pelo decreto 1088 de 1993, que as regulamenta como entidades com autonomia para contratar e operar recursos públicos<sup>7</sup>, inclusive podendo operar diretamente recursos de

---

<sup>7</sup> As AATIS são uma figura jurídica de transição que está à espera da regulamentação das Entidades Territoriais Indígenas, ETIs, proposta em 1991 e a espera de uma Lei Orgânica de Ordenamento Territorial. Enquanto isso acontece, foi expedido o Decreto 1088 de 1993 que cria a figura das AATIS para se “associar, participar e fortalecer seu desenvolvimento econômico, social e cultural”. São entidades de Direito público, de caráter especial; pessoas jurídicas com patrimônio próprio e autonomia administrativa, e podem desenvolver atividades de caráter industrial e comercial, seja de maneira direta ou através de convênios com pessoas naturais ou jurídicas; e fomentar em suas comunidades projetos de

outro tipo de orçamento nacional além do SGP, como os recursos da educação. Neste marco administrativo, a identidade indígena está claramente incorporada em um Estado envolvente, onde o reconhecimento dessa diferença implica necessariamente o reconhecimento da existência e autoridade do outro. No entanto, o funcionamento prático do exercício dessa autoridade inverte os termos da adaptação: segundo a lei, as normas devem reconhecer e se adaptar às diferenças e particularidades; na administração do resguardo, as autoridades devem reconhecer à forma de funcionamento do Estado, e se adaptar às suas formas de operar.

O caráter burocrático destas relações administrativas é realizado em práticas cotidianas, não intencionalmente políticas, que dão coerência e continuidade às instituições e enquadram os procedimentos pelos quais se instalam as desigualdades (Sharma; Gupta, 2008, p. 13). É interessante comparar esse caráter com o tipo ideal de burocracia descrito por Weber, para pensar sobre as particularidades de seu funcionamento. Os processos de burocratização descritos por Weber são configurações específicas de funcionamento que vão se constituindo até se converter em sistemas estáveis que se auto reproduzem e tendem a se manter. Seriam processos nos quais a dominação é convertida em rotina, dividida em funções, cargos, arquivos, funcionários, procedimentos, competências; transformando a dominação em algo disperso que se converte em administração cotidiana (Weber, 1974, p. 249). Todas estas formas de operação fazem parte das relações entre as organizações indígenas e as instituições estatais, materializados em documentos, arquivos, procedimentos, atores, entidades, prazos e normas que fazem complexos e difusos o reconhecimento da identidade coletiva e o exercício desses direitos coletivos estabelecidos.

A burocratização das relações opera mais entre autoridades indígenas e os organismos do Estado do que dentro das organizações, e a estabilidade que Weber menciona se dá na forma que tomam esses relacionamentos, mas não nas organizações indígenas, o que obedece, provavelmente, à falta de condições materiais para o exercício dos direitos, o que implica, entre outras coisas, que as autoridades indígenas, inclusive aquelas que têm a mesma condição jurídica que prefeitos ou governadores, não tenham salário, condição que está sustentada numa contradição. São autoridades definidas pela lei como

---

saúde, educação e habitação em coordenação com as respectivas autoridades nacionais, regionais ou locais, e sujeitas às normas legais pertinentes (Presidência da República, 1993, artigo 3).

“internas”, sendo assumido que terão um reconhecimento igualmente “interno” pelo seu trabalho, e que tem um caráter atemporal, quer dizer, que sempre estiveram aí exercendo como autoridades, e agora a mudança seria somente que o Estado as reconhece como tais, e como interlocutores relevantes (naturalizando, assim, os efeitos do exercício de poder, e apagando o processo de constituição dessas autoridades). Em consequência, não são estritamente funcionários públicos pagos pelo orçamento nacional, mas autoridades públicas de caráter “especial”. Mas a contradição está em que são autoridades públicas definidas pela lei, criadas por ela e trabalhando em função da interação com o Estado, quer dizer, não “internamente”. São parte do processo de construção da fronteira entre interno e externo, entre administração estatal e povos indígenas, e não uma condição material anterior a essas interações.

Dado o caráter recente da participação política indígena, os baixos níveis de cobertura da educação intercultural na região e o desigual domínio do espanhol por parte de habitantes indígenas na região, a participação comunitária e zonal são conduzidas de formas divergentes pelas entidades que interatuam administrativamente em diferentes níveis e organizações políticas. Anteriormente considerei que essa poderia ser a explicação de frequentes contradições nas práticas e discursos políticos e administrativos; mas ainda restava um espaço de alternância entre a compreensão e administração dos atores de aquelas contradições (o que as fazia parecer não tão contraditórias) e o funcionamento das relações entre mutuas incompreensões.

### **A Organização Zonal Central Indígena de Mitú – OZCIMI – e a União de Indígenas Cubeo do Cuduyarí – UDIC**

As organizações zonais e as AATIS, mesmo com variações nas suas competências legais e administrativas, partilham estruturas de funcionamento. Todas contam com um presidente, um representante legal, um tesoureiro, um fiscal, um secretário e um representante da área da mulher. Em alguns casos, cada membro se especializa também em temas específicos, para centralizar a informação e a representação em atividades tematicamente relacionadas. Também, excepcionalmente, são nomeadas duas pessoas para um mesmo cargo, sendo uma suplente ou assistente da outra. Para o caso de OZCIMI, no período que terminou em abril de 2014, havia duas representantes da área da mulher.



A Organização Zonal Central Indígena de Mitú – OZCIMI foi constituída em 1992 e fez seu registro legal em 1995. Surgiu depois da constituição de 1991 e no início da fragmentação administrativa do resguardo Vaupés. Reunia em 2013<sup>8</sup> um total de 19 comunidades localizadas nas margens do Rio Vaupés nas imediações de Mitú, e algumas ao redor da estrada Mitú – Montfort, mais a população indígena da cidade de Mitú. Por sua localização é a organização que tem menores custos de funcionamento e maior comunicação com as diferentes entidades do Estado e de outros setores. Também é a organização que reúne a maior diversidade de povos ou grupos indígenas, especialmente pela população do entorno urbano, e apresenta a maior flutuação de população. Paradoxalmente, também é a que apresenta (especialmente na zona da estrada) o maior indicador de desatenção em saúde (para o município) e a maior taxa de suicídios em todo o departamento (Secretaria de saúde, 2013, comunicação pessoal). Geograficamente é vizinha da zona de UDIC, com a qual faz fronteira a oeste (OZCIMI, 2008, p. 5).

UDIC nasceu em um congresso realizado na comunidade de Arara (próxima às cabeceiras do igarapé Cuduyarí) em 1975, que reuniu aos capitães das comunidades de todo o igarapé, e toma o nome de União de Indígenas Cubeos. Surge antes da titulação do resguardo, como organização política. Quase 20 anos depois tramita seu registro legal e se converte em uma organização zonal no fim de 1994, com o nome de União de Indígenas Cubeo do Igarapé Cuduyarí, agora dentro do resguardo Vaupés, e quando o CRIVA começava a ter problemas. Reúne em seu território às 21 comunidades que ocupam as ribeiras do igarapé Cuduyarí e que são majoritariamente Cubeas, desde a cabeceira até a sua desembocadura no rio Vaupés, águas abaixo da cidade de Mitú. Entre os objetivos com os quais se estabeleceu estão: a autonomia, a recuperação e defesa do território, o controle sobre os recursos naturais, os processos organizativos locais, a defesa da história, da cultura e das tradições indígenas, a educação intercultural bilíngue, a recuperação e o uso da medicina tradicional e a aplicação das leis favoráveis aos povos indígenas. Além disso, se estabeleceu como a encarregada de representar as comunidades da zona diante o governo nacional e diante entidades públicas e privadas, sejam nacionais ou internacionais; como a encarregada de fomentar a criação de entidades de trabalho, pesquisa, divulgação e comunicação dentro da zona e como a

---

<sup>8</sup> Segundo comunicação pessoal com membros da organização e da prefeitura.

encarregada de dirigir, administrar e controlar as entidades que se criem dentro da zona (UDIC, 2009, p. 15, 16).<sup>9</sup>

Como aparece em seus objetivos, as duas organizações são diferentes em seu funcionamento e origem, sendo OZCIMI mais heterogênea em sua composição, já que reúne comunidades de vários povos indígenas, com pouca comunicação entre si, em três contextos diferentes (a estrada, o rio e a cidade), dentro e fora do resguardo e por isso sujeitas a regimes diferentes de propriedade sobre o território e de gestão de recursos públicos. Esta heterogeneidade não está articulada de forma harmoniosa no funcionamento da organização, tanto que o encontro de mulheres no qual participei em novembro de 2013 não convidou as moradoras da cidade, por considerar que as realidades vividas nesse contexto eram muito diferentes, porque a participação política na cidade é muito conflitiva e arguindo que os espaços de participação lá são mais frequentes e as pessoas da cidade “sempre participam” mesmo que as outras fiquem excluídas.

UDIC apresenta dinâmicas diferentes. A ênfase em representar ao povo Cubeo tem a ver, de um lado com a maioria de Cubeos na zona, e com que o Cuduyarí faz parte do território ancestral que pertence, segundo relatos de origem, ao povo Cubeo; e de outro, com o controle da organização exercido na região, gerando um espaço político que exige ser Cubeo e, portanto, dar prioridade aos laços de parentesco que permitam esse reconhecimento. Além disso, a organização desenvolve suas atividades políticas e a educação das escolas da região em língua Cubeo, fomentando assim que quem pretende participar deva falar esta língua e deva se reconhecer como Cubeo.

Estas características estão presentes nos fundadores da UDIC, Cubeos, com formação de professores normalistas e com participação política no CRIVA e posteriormente em outros espaços. Quer dizer, pessoas com competências e trajetória política para se relacionar a nível nacional, muito maiores que as da população do igarapé em geral. De fato, poderia se falar de uma elite política do resguardo, na qual fazem parte vários membros fundadores ou diretivos da UDIC, que tem sido prefeitos de Mitú, professores,

---

<sup>9</sup> Vale a pena mencionar que UDIC mudou em 2015 sua condição legal, para se converter em AATI, com o nome Associação PAMIJAVOBA UDIC. Como o encontro que é analisado neste artigo é anterior a essa mudança, não aprofundarei nesse ponto.

funcionários do ministério de cultura, representantes do CRIVA e da OPIAC, e que contam, alguns deles, com formação universitária. Isto repercute na inclusão de maiores competências nos objetivos da organização, e em um maior controle sobre a população e suas interações com entidades ou indivíduos externos. Na prática, efetivamente a organização age como intermediária para a maioria das atividades que são desenvolvidas no igarapé, entanto que OZCIMI não tem esse controle na sua zona, onde as interações com entidades ou pessoas alheias à organização são permanentes e estão atomizadas.

### **Encontros de mulheres indígenas de OZCIMI e UDIC e o descompasso entre subjetividades individuais e coletivas**

O primeiro foi o “*Encuentro de Mujeres de la zona de la carretera y el resguardo de la Organización Zonal Central Indígena de Mitú (OZCIMI)*” que aconteceu em novembro de 2013, na comunidade indígena de Tucandira; e o segundo foi o “*Primer Encuentro de Mujeres de la Unión de Indígenas Cubeo del Cuduyarí (UDIC)*”, realizado em janeiro de 2014 na comunidade indígena de Pituna.

Os dois encontros foram propostos, planejados e coordenados pelas representantes da *área de mulher* de cada organização, e tinham objetivos comuns. Entre eles, fazer um diagnóstico sobre a situação atual das mulheres de cada zona, e construir um plano de ação para a área de mulher, que respondesse às necessidades identificadas, que servisse como guia para a representante e que legitimasse seu trabalho. Adicionalmente, nos dois encontros foi eleito um grupo de representantes de mulheres das comunidades, que teriam como função apoiar o trabalho da representante principal e fomentar uma maior participação das mulheres nos processos de deliberação, capacitação e consulta, adiantados por cada organização; e trabalhar para dar maior visibilidade para as mulheres diante as instituições presentes na região.

Tomo estes encontros como casos nos quais se fazem presentes vários dos diferentes níveis organizativos e marcos de referencia que coincidem de maneira problemática nos processos sociais e políticos atuais da população indígena no Vaupés, e nos quais são articuladas diferentes noções de que se entende como *Estado* e como é constituído na prática, com complexos processos de construção de sujeitos e cidadãos; processos de

construção de identidades indígenas e de gênero, que implicam mudanças nas relações sociais atuais, e que se articulam discursivamente em narrativas de etnicidade e de participação política.

### **Encontro de Mulheres em Tucandira, OZCIMI**

O encontro foi proposto pela representante titular das mulheres da organização, e apoiado pela suplente. Para sua implementação contou com o apoio da capitã de uma das comunidades localizadas na beira do rio. Como nesta organização a Área de mulher não contava com dinheiro para suas atividades, o encontro foi financiado a través de favores. Pediram apoio da prefeitura, da governação, do despacho de pastoral social da igreja, de alguns comerciantes da região, do exército e da polícia. Também pediram ajuda pessoal de funcionários públicos e de membros da OPIAC. Inicialmente o presidente de OZCIMI falou que tinha dinheiro para financiar o encontro, mas depois ninguém conseguiu encontrar ele. Em resposta as muitas solicitações, receberam apoios em espécie (alimentos, combustível, papelaria, empréstimo de um caminhão basculante para levar aos participantes), e terminaram com os preparativos no dia anterior à atividade, na hora de saída de todos rumo à comunidade de Tucandira, sede do evento.

Foi desenvolvido numa comunidade na estrada Mitú – Montfort com a intenção de vincular às comunidades dessa zona, que participam pouco nos eventos da organização, e selecionaram Tucandira, por estar localizada na metade do trajeto entre Mitú e a última das comunidades que fazem parte de OZCIMI. Participaram 36 pessoas das etnias Desana, Cubea, Siriana, Carapana, Wanana, Bara, Tuyuca, Huitoto<sup>10</sup>; e as representantes da Área de mulher, sem presença de outras pessoas das diretivas da organização.

Começou uma sexta féria à noite e terminou no domingo à tarde. No dia sábado foi cedido um espaço dentro da programação para a realização de uma exposição do Instituto Colombiano de Bienestar Familiar, que já tinha planejada uma oficina para todo o dia nessa comunidade, mas cujos funcionários, vendo que tinha o evento pronto para começar, decidiram negociar, reduzir sua fala e realizar ela “dentro” do tempo do

---

<sup>10</sup> O encontro foi desenvolvido em espanhol, língua conhecida por todos os presentes.

evento. O domingo chegou inesperadamente um ex-funcionário da secretaria departamental de saúde, quem, ao tomar conhecimento do evento decidiu aproveitar que teria várias pessoas reunidas, e dar uma “capacitação sobre formulação de projetos diante o Ministério de Cultura”. Tomou pouco tempo, e as pessoas comentaram que provavelmente era mais um formalismo para que as pessoas preencheram as listas de participação, e depois legalizar alguma coisa, do que um interesse de divulgar essas informações. Também no dia domingo, teve culto evangélico cedo na manhã, e depois do almoço uma pequena comemoração, com caxirí, para a despedida. Esta soma de atividades não é infrequente na zona; faz de um evento a oportunidade para muitos temas e dificulta seguir agendas. No entanto, a pesar de que o tempo planejado para a reunião fosse reduzido por estas outras atividades, em geral as coordenadoras e as participantes manifestaram ter ficado satisfeitas com o evento.

Do diagnóstico realizado foram selecionados como problemas prioritários a falta de transporte na estrada, a falta de ingressos estáveis e suficientes, e a falta de participação, comunicação e diálogo entre as comunidades e com as diretivas da organização. Em resposta foi proposto construir projetos setoriais para a geração de ingressos, solicitar à governação obras para melhorar a estrada e a posta em circulação do transporte público da estrada (que já existia, mas estava parado há um tempo). Diante os temas de participação e organização, foi proposto fortalecer a organização zonal, destinar dinheiro de OZCIMI para a área de mulher e aumentar a participação das representantes de mulheres de cada comunidade. Além dessas propostas, as mulheres solicitaram da organização processos formativos; capacitações em diferentes coisas, especialmente em processos produtivos para gerar ingressos, em espanhol e formas de expressão em público, em liderar (associando a capacidade de liderança à capacidade de se comunicar e se expressar bem em público, de se envolver nas organizações e entender seu funcionamento legal, conhecer as problemáticas locais, gerir e administrar); e em leis relacionadas com as mulheres, em construção de projetos e em processos de divulgação da informação.

Como parte desse último ponto e por sugestão de uma das coordenadoras da área de mulher da organização, foram escolhidas três representantes das mulheres da estrada, para serem mediadoras entre as representantes de mulheres de cada comunidade (representante que com frequência é a esposa do capitão, mas não necessariamente) e a

representante geral de OZCIMI, e para que possam ajudar ela em suas obrigações e se vincular a alguns espaços de participação.

### **Encontro de mulheres de UDIC**

O encontro foi realizado na comunidade de Pituna, no médio rio Cuduyarí, durante quatro dias consecutivos. Esta comunidade, igual que Tucandira, é majoritariamente evangélica, assim que cada manhã, ao café da manhã teve uma leitura e interpretação da bíblia. O evento reuniu participantes de 11 comunidades, sendo 48 mulheres e 15 homens (20 deles de Pituna), além de outras pessoas, moradores de Pituna que participaram ocasionalmente nas atividades e nas refeições.<sup>11</sup>

Este evento, a diferença do encontro de OZCIMI, foi planejado com muita antecedência. Proposto pela coordenadora das mulheres desde o início do ano anterior, teve um orçamento vindo dos recursos da organização mas, por conta da estrutura administrativa explicada anteriormente, dependia de tramitar um projeto de compra de insumos diante a prefeitura. O projeto foi apresentado em meados de 2013, mas a prefeitura não o encaminhou, só recebeu os documentos. A coordenadora da área de mulher esperava realizar o encontro no início de novembro, assim que em outubro foi para a prefeitura com a intenção de coordenar a entrega dos insumos para o evento e teve como resposta que o procedimento ainda tomaria tempo, que podia voltar a perguntar na semana seguinte. Foi assim as seguintes quatro semanas, até que, falando com outros funcionários da prefeitura consegui que foram revisados os prazos da contratação pública de esse projeto com a advogada encarregada das licitações<sup>12</sup>. Pelos procedimentos jurídicos, que ate esse momento não tinham começado, o gasto desse dinheiro para comprar as coisas previstas para o encontro não poderia ser feito antes do dia 16 de dezembro, data que resultava inconveniente para a reunião. Por isso o evento

---

<sup>11</sup> Foi desenvolvido mais da metade do tempo em espanhol, com traduções para o Cubeo. Teve momentos em que foi só em Cubeo, e nem todos eles tiveram tradução para o espanhol. os funcionários convidados para o evento não falavam Cubeo, igual que algumas das mulheres membros da UDIC, ainda que poucas. Quando alguma coisa não foi traduzida publicamente, eu tive que perguntar individualmente, e não recebi uma tradução completa, mas sim resumos do que era falado em Cubeo.

<sup>12</sup> Consegui ser atendida e que os prazos fossem revisados por dois motivos, o primeiro, a ajuda de um conhecido que trabalha na prefeitura e me indicou a pessoa que poderia me dar respostas, e me recomendou os melhores horários para falar com ela. O segundo, por ser profissional, estudante de pós-graduação e por não ser indígena, fui autorizada a entrar até o escritório da advogada, passando os filtros nos quais a coordenadora escutava “volta na semana próxima”, e uma vez ali, a funcionária encarregada do processo respondeu.

foi postergado para janeiro de 2014, mas não foi possível prever a data exata com suficiente antecedência para enviar os convites a todas as comunidades, especialmente aquelas localizadas na parte alta do Igarapé, e às quais se chega (nessa época do ano que é de seca) depois de dois dias completos subindo pelo igarapé em uma canoa leve e com motor. Isso teve como consequência que a participação foi inferior do esperado. No entanto aquele encontro tinha sido anunciado várias vezes, assim que várias pessoas estavam aguardando sua realização e algumas pessoas dessas comunidades distantes, aproveitando viagens que faziam para Mitú, ficaram sabendo da realização do evento e participaram antes de ter recebido o convite formal.

Este encontro foi mais formal que o de Tucandira. Nele participou o presidente da zonal, na abertura e fechamento do evento, representantes da OPIAC e profissionais contratados por essa organização se encarregaram de parte das atividades. Começou com a abertura formal por parte do presidente da UDIC, os representantes de Pituna, a representante de mulheres da UDIC e outros assessores da OPIAC, que apoiavam o evento, e eu, que fazia o registro das atividades. Depois se apresentaram os participantes, de todas as comunidades presentes, e manifestaram os interesses que tinham no encontro e suas perguntas sobre como ia funcionar. Depois foi feito um exercício de diagnóstico das problemáticas das comunidades, com o objetivo de orientar o trabalho da coordenadora de mulheres. Em terceiro lugar, os assessores da OPIAC fizeram uma oficina de formação de líderes, a estrutura do estado colombiano e formas de incidência política. Em quarto lugar foi feita uma apresentação sobre o funcionamento da OPIAC, e posteriormente foi proposto formar o comitê de mulheres do Cuduyarí, e foram eleitas seis mulheres (deixando em aberto uma vaga mais considerando as comunidades que não estavam presentes).

Para terminar foi feita uma avaliação do evento, em duas etapas, avaliando primeiro as atividades coordenadas pela OPIAC e depois as coordenadas pela área de mulher. Como parte do exercício de diagnóstico, foram identificados os seguintes problemas: conflitos familiares, maltrato físico e psicológico, alcoolismo, doenças, falta de ingressos económicos, má comunicação nas comunidades, críticas destrutivas, incumprimento dos capitães, pouca participação na organização zonal e má comunicação com seus representantes.

As jornadas estiveram acompanhadas de atividades recreativas (oferecidas pelos assessores da OPIAC), de uma apresentação do Instituto Colombiano de Bienestar Familiar (que tinha combinado com antecedência); e estiveram acompanhadas também pela visita diária dos candidatos que nesse momento estavam fazendo a campanha para as eleições nacionais de senado e câmara de representantes. Os políticos tinham coordenado com antecedência quais dias iriam e em que horário, e combinaram em todos os casos, levar como oferecimento carne ou frango para os almoços do evento.

Igual que para o evento de Tucandira, foram planejadas mais atividades das que efetivamente foram desenvolvidas. Foram convidadas mais comunidades das que de fato participaram e foi definida a data exata poucos dias antes de sua realização. No entanto, o planejamento foi muito diferente. No caso de Tucandira o tempo não foi suficiente porque foi pouco e teve que ser dividido com intervenções não planejadas, enquanto que no caso de Pituna, as atividades previstas eram demasiadas; o grupo da OPIAC achava que os quatro dias eram exclusivamente para sua oficina, e a coordenadora do evento tinha outra agenda, que também ocupava os quatro dias, e que não tinha objetivos comuns. Assim, foi necessário reunir as duas agendas paralelas numa só. Adicionalmente, as falas de campanha política de todos os dias ocuparam, por vezes, mais tempo do planejado, quando surgiram discussões entre os candidatos e os participantes no encontro.

### **A etnicidade feminina como objeto de disputa política e ferramenta de negociação**

As duas organizações, UDIC e OZIMI apresentam histórias, formas de funcionamento e composições de população diferentes, tanto na localização das comunidades, suas condições de acesso a recursos e suas pertencas étnicas. O planejamento dos encontros foi diferente, e o desenvolvimento das atividades também. No entanto, houve vários elementos comuns, nos objetivos, em algumas das atividades desenvolvidas, na formação dos comités de mulheres, nos problemas identificados, nas representações discursivas das mulheres indígenas e nas propostas e expectativas que as participantes mencionaram.

Em ambos os encontros foi visível também a existência de duas representações discursivas sobre as mulheres indígenas, entendidas como coletivo geral. Um discurso



falava das mulheres como centro da cultura, como meio privilegiado para sua transmissão (o que se opõe ao sistema de parentesco e pertencimento regional<sup>13</sup>) e como trabalhadoras fundamentais na roça e na casa. Este discurso foi enunciado por homens e mulheres em diferentes momentos nos dois eventos, e não foi questionado. O outro discurso tinha a ver com a participação das mulheres indígenas, o chamado recorrente para envolver mais mulheres, capacitar elas para a participação e ampliar sua presença política. Este discurso também foi enunciado por homens e mulheres em diferentes momentos nos dois eventos, e também passou sem ser questionado, ao contrário, foi o eixo para a construção de planos futuros.

Estas representações das mulheres indígenas fazem sentido dentro de dois marcos de referência para a construção das identidades das mulheres indígenas no Vaupés, que tentativamente poderíamos chamar identidade culturalista e identidade politizada. A ênfase dada ao trabalho da roça e da casa como femininos, e como marcadores da identidade das mulheres indígenas contrasta com o lugar que se espera para as mulheres depois das capacitações desejadas em formas de produção não agrícola, educação universitária e formação política, quer dizer com os espaços que as mulheres começam a ocupar a través da participação nesses espaços públicos- políticos masculinizados.

Refiro-me a esses espaços como masculinizados porque considero que ao longo da formação do cenário de representação política marcada pela etnicidade se vivenciaram mudanças no que tange à participação de mulheres e homens e as seus lugares ali, e que foram tornando masculinos esses espaços. Na formação do CRIVA mulheres e homens ocuparam lugares similares, no entanto na eleição de representantes, foram priorizados homens. As divisões de funções de autoridade e comunicação entre estes povos, e de transmissão da identidade pela via masculina, somadas à forte presença da igreja no processo, com os lugares de homens e mulheres nesses processos de evangelização, onde a autoridade estava sempre nos padres, mas do que nas freiras, marcaram esse primer momento. Posteriormente, os requerimentos de formação associados a esses espaços, e os maiores níveis de educação escolar dos homens com relação aos das mulheres reforçaram ainda mais o protagonismo masculino nesse espaço. Depois dos

---

<sup>13</sup> Caraterizado pela exogamia, a moradia patrilocal e a transmissão patrilinear da pertença étnica e a língua.

anos 2000, a tematização da mulher como assunto obrigatório dentro das organizações, cristalizou as representações e formas de operação desses espaços como masculinas.

Não pretendo apresentar a confluência de estes dois discursos (culturalista e politizado) como contraditória sem mais; sugiro pelo contrário que ela reflete uma compreensão prática das lideranças indígenas das aparentes contradições entre narrativas sobre a identidade indígena, o reconhecimento e a participação. Diante práticas que não permitiam a participação, não possibilitavam a diferença nem reconheciam o caráter de autoridade dos interlocutores, faz mais sentido ao pensá-la à luz da proposta de Veena Das sobre o paradoxo da ilegibilidade do estado. A administração e a participação política no resguardo Vaupés encaixam de várias formas na noção de margens do estado proposta por Das e Poole (2010) como os lugares das pessoas que são representadas como não estando suficientemente socializadas na lei, na razão, no estado, ou na civilização; como os lugares onde o estado não é evidentemente legível; e como os espaços nos quais as relações entre corpos, leis e disciplinas se fazem mais evidentes (Das e Poole, 2010, p. 9,10). Justamente por esse caráter marginal o papel das práticas de participação política resulta tão interessante para pensar na constituição de corpos generificados, e marcados pela etnicidade, em um contexto de múltiplas fronteiras de pertencimento.

O ponto sobre a ilegibilidade resulta particularmente esclarecedor neste caso. Segundo Das, o caráter escrito do funcionamento do estado, e de suas formas burocráticas lhe da um caráter de iterabilidade<sup>14</sup> (iterability) (Das, 2010, p. 227). Dito de outro modo, a repetição, e especificamente a repetição de fragmentos, é uma possibilidade gerada a partir do registro escrito que é diferente da performatividade, e que implica a possibilidade de repetir exatamente o mesmo, ou quase, mas em outro contexto ou de outro modo. Já aquele “outro contexto” implica que o exercício não pode ser exatamente o mesmo; que necessariamente as mesmas palavras não vão significar as mesmas coisas. Nessa repetição haverá, ademais, um elemento de surpresa, algo imprevisível no caráter contingente de qualquer enunciação. Esse assunto de transformar mediante a repetição é o que mistura o modo racional burocrático e o modo mágico, e que faz o estado aparentemente ilegível (Das, 2010, p. 226).

---

<sup>14</sup> A noção de *iterability* é tomada pela autora de Derrida, que tira a R de reitability, de reiterar. Serve aqui para pensar na capacidade do escrito de ser fragmentado e repetido em diferentes contextos.

Desde essa leitura da repetição que modifica os sentidos, não existe uma incoerência em frases como: “*a mulher que vale é a que tem roça*”, mas sim uma ilegibilidade nessa frase quando esta sendo enunciada por mulheres indígenas que estão pedindo novos espaços de educação ou trabalho que lhes permitam sustentar suas famílias sem trabalhar na roça. Mas seguindo o caminho de repetições dessa frase, encontramos que faz parte de reivindicações sustentadas numa etnicidade, e essa etnicidade se expressa num espaço público-político masculinizado que constrói o trabalho na roça como emblemático da mulher indígena; especialmente da mulher indígena “que vale”. Então não só deixa de ser incoerente, mas passa a ser necessário reivindicar o valor moral da mulher indígena em função do seu trabalho na roça, como caminho prático para buscar num espaço público e político, alternativas, inclusive diferentes a esse tipo de trabalho; e nas quais sua identidade étnica continue sendo prioritária, tanto como elemento íntimo de identificação pessoal quanto como garantia social de jurídica de seus direitos.

### **Bibliografia:**

ARIAS GUTIERREZ, Julio Cesar, et al. Caracterización de la estructura urbana del municipio de Mitú. Revisión y ajuste del esquema de ordenamiento territorial EOT, Municipio de Mitú, Vaupés. Mitú, 2013. Arquivo prefeitura de Mitú. Sem publicar.

DAS, Veena & POOLE, Deborah. State and Its Margins. Comparative Ethnographies. In: DAS, Veena & POOLE, Deborah. Anthropology in the Margins of the State. Santa Fé: School of American Research Press, 2010, pp. 3 – 33.

DAS, Veena. The Signature of the State: The Paradox of Illegibility. In: DAS, Veena & POOLE, Deborah. Anthropology in the Margins of the State. Santa Fé: School of American Research Press, 2010, pp. 225-252.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – DANE – Dirección de censos y Demografía. 2005. Sistema de consulta información censal. Censo 2005.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – DANE – Dirección de censos y Demografía, 2007, Colombia: una nación multicultural. Su diversidad étnica.

GOBERNACIÓN DEL VAUPÉS. Sf. Plan de desarrollo del departamento del Vaupés 2012 – 2015. Documento inédito.

GÓMEZ VARGAS, John Harold. *Legislación indígena colombiana*. Bogotá. Fundación GAIA Amazonas – Programa COAMA. 2002.

JACKSON, Jean E. Treinta años estudiando el Vaupés: Lecciones y reflexiones. In: FRANKY, Carlos E.; ZÁRATE, Carlos G. (eds.). *IMANI MUNDO: Estudios en la Amazonía colombiana*. Leticia: Universidad Nacional de Colombia, Instituto Amazónico de Investigaciones Imani, 2001.

ORGANIZACIÓN ZONA CENTRAL INDÍGENA DE MITÚ - OZCIMI. Departamento del Vaupés. Plan Integral de Vida Indígena. Mitú, 2008

PEÑA, Juan Carlos. Mitú. Ciudad amazónica; territorialidad indígena. Universidad Nacional de Colombia, Sede Amazonía. Leticia, 2010.

REPÚBLICA DE COLOMBIA Ministerio del Medio Ambiente. Resolución 2079 de 2009.

REPÚBLICA DE COLOMBIA, Congreso de la República, 1959. Ley 2 de 1959, Por la cual se dictan normas sobre economía forestal de la Nación y conservación de recursos naturales renovables.

REPÚBLICA DE COLOMBIA, Presidencia. Decreto 1088 de 1993. Por el cual se regula la creación de las asociaciones de Cabildos y/o Autoridades Tradicionales Indígenas, 1993.

República de Colombia. Congreso de la República. Ley 21 de 1991.

REPÚBLICA DE COLOMBIA. Constitución política de Colombia, 1991. SALAZAR, Carlos Ariel; GUTIÉRREZ, Franz; FRANCO, Martín. *Vaupés: entre la colonización y las fronteras*. Bogotá: Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas SINCHI, 2006.

SANTACRUZ, Jesús María Salvador. *Principios fundamentales del consejo Regional Indígena del Vaupés*. Comisaría Especial del Vaupés, 1985.

SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil. Rethinking Theories of The State in the Age of Globalization. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (eds.). *The anthropology of the state: a reader*. Oxford: Blackwell Publishing, 2008, p. 1-41.

UNIÓN DE INDÍGENAS CUBEO DEL CUDUYARI - UDIC. Plan Integral de Vida Indígena del Pueblo Cubeo– Zonal UDIC. 2009. Mitú.

VERA, Elizabeth. 2009. Expedición de la UN evita catástrofe ambiental en Vaupés. *UN Periódico*. Versión impresa No. 128. 8 de noviembre de 2009. WEBER, Max. *Burocracia; O significado da disciplina*; In: WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.